



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares
Dra. Catarina Gamboa
Palácio de S. Bento (AR)
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 179/2021 ENT.: PROC. N.º: 19/2021	15-02-2021

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 3330/XIV (1.ª) “Resposta do Governo à crise provocada pelo Covid-19 no sector da Educação”.

Cara Catarina

Encarrega-me S. Exa. o Ministro da Educação de lhe remeter a resposta à Pergunta n.º 3330/XIV (1.ª) “Resposta do Governo à crise provocada pelo Covid-19 no sector da educação”.

O investimento na transição digital da sociedade e da economia, que visa um modelo de desenvolvimento em que o crescimento da produtividade assenta na inovação e nas competências e qualificações das pessoas e tira partido das oportunidades criadas pelas novas tecnologias digitais, é uma das prioridades do Programa do XXII Governo Constitucional.

Consequente com esse desígnio, o Plano de Ação para a Transição Digital, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril, responde de forma estrutural aos desafios colocados pela crescente digitalização da sociedade e da economia, através de medidas e ações estratégicas organizadas em três pilares: capacitação e inclusão digital das pessoas, transformação digital do tecido empresarial e digitalização do Estado.

No domínio da Educação de nível não superior, o XXI Governo Constitucional iniciou esse caminho através da distribuição de licenças digitais associadas ao programa de gratuidade de manuais escolares, da promoção de formação contínua de professores das diferentes áreas disciplinares no domínio digital, do reforço gradual das capacidades da RAE - Rede Alargada da Educação, que assegura a acessibilidade das escolas à internet, e da promoção do código, da robótica e da literacia digital nas escolas.

A estas medidas acresce o alargamento das tecnologias de informação e comunicação na matriz curricular a todos os anos do ensino básico, operado pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, iniciado no ano letivo 2018/2019. Este alargamento, combinado com a faculdade de gestão autónoma e flexível do currículo conferida aos estabelecimentos de ensino básico e secundário, criou condições acrescidas para a inovação educativa e pedagógica também no âmbito digital.

O Programa de Estabilização Económica e Social, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho, deu um impulso decisivo à universalização da escola digital ao prever uma dotação de 400 M€ para implementar medidas que permitirão incrementar esta estratégia, através de diferentes fases que permitam alavancar o acesso e utilização de recursos didáticos e educativos digitais, adquirindo computadores, conetividade e licenças de software para as escolas públicas, dando prioridade aos alunos abrangidos por apoios no âmbito da ação social escolar, iniciando um programa de capacitação digital dos docentes e incrementando a desmaterialização de manuais escolares e a produção de novos recursos digitais.

Com a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-E/2020, de 20 de julho, a Secretaria-Geral da Educação e Ciência foi autorizada a realizar a despesa para a aquisição de computadores, conetividade e serviços conexos, para disponibilização às escolas públicas, no montante de 386 M€, nos anos de 2020 (157 M€) e 2021 (229M€).

No cumprimento desta autorização, a Secretaria-Geral da Educação e Ciência iniciou os procedimentos de aquisição, tendo sido possível distribuir às escolas 100 000 computadores e respetiva conetividade, durante o primeiro período do presente ano letivo, priorizando os alunos beneficiários de ação social escolar, num mercado fortemente marcado pelas limitações decorrentes de quebras de produção devido às medidas sanitárias adotadas para fazer face à pandemia da COVID-19, pela valorização do *yuan* chinês, que aumentou substancialmente os custos de muitos dos componentes necessários à montagem de computadores e pela procura generalizada de dispositivos digitais portáteis, em todo o mundo, devido à generalização do teletrabalho, o que perturbou acentuadamente a sua disponibilidade.



Não obstante estas dificuldades, foi possível assegurar já a aquisição adicional de 335 000 computadores que serão disponibilizados às escolas públicas, prevenindo-se prosseguir este programa de aquisições.

Paralelamente, foram lançados avisos de candidatura, no montante de 14 M€, para o financiamento dos custos suportados pelos Municípios com a aquisição de equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a alunos beneficiários de ação social escolar, desde 16 de março de 2020. Este financiamento é assegurado pelos Programas Operacionais Regionais Norte 2020, Centro 2020 e Alentejo 2020 para as candidaturas submetidas por Municípios da respetiva área territorial e pelo Programa Operacional do Capital Humano para as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve.

No que concerne à formação de docentes, foi iniciado, em outubro de 2020, o plano de capacitação digital de docentes que responde ao desafio de alicerçar a integração transversal das tecnologias de informação e comunicação e de outras ferramentas digitais nas práticas profissionais e pedagógicas dos docentes, nas suas rotinas e procedimentos diários, na vida dos alunos, nas suas práticas de aprendizagem e no exercício de cidadania. Este plano é coordenado pela Direção-Geral de Educação e promovido pelos Centros de Formação de Agrupamentos de Escolas, em colaboração com Instituições de Ensino Superior e outras entidades com cursos acreditados ou ações reconhecidas como relevantes, designadamente as associações de profissionais desta área.

Com uma dotação de 15 M€, financiado pelo Programa Operacional do Capital Humano, este plano organiza-se em diferentes níveis, ajustados à proficiência digital de cada docente, que terá um percurso formativo personalizado e devidamente articulado com o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da respetiva escola.

Também foi criado o website “Apoio às Escolas” por parte da Direção-Geral da Educação (DGE), juntamente com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para dar resposta às dúvidas relativas à implementação do Ensino a Distância nas suas várias vertentes. Foram disponibilizados documentos, recursos, práticas, ferramentas digitais e um espaço de *frequently asked questions* (FAQ).

Para além destas iniciativas, a DGE, em parceria com a Universidade Aberta, organizou duas edições do Curso de Formação para a Docência Digital em Rede. Acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico para a Formação Contínua de Professores, este curso, com um total de 25 horas, teve como público-alvo os Diretores/Presidentes de Comissões Administrativas Provisórias, os professores com funções de liderança intermédia, os diretores dos Centros de Formação de Associação de Escolas e os respetivos assessores.


Relativamente aos alunos, o Ministério da Educação tem desenvolvido um trabalho ativo em várias dimensões para que as escolas continuem a atender a todos, e a cada um dos alunos, sobretudo àqueles em maior risco de exclusão, em parceria com autarquias, grupos editoriais, operadores de telecomunicações e outras entidades.

Está em plena execução a necessária ação integrada do sistema educativo que assegura a educação das camadas mais jovens da população, através do estímulo e reforço nos domínios da literacia digital e das competências digitais em todos os níveis de aprendizagem e ciclos do ensino de nível não superior.

Para assegurar o cumprimento pleno dos objetivos determinados por esta ação, que implica um investimento público ao longo de vários anos, a versão preliminar do Plano de Recuperação e Resiliência entregue pelo Governo português à União Europeia prevê medidas adicionais no âmbito da Escola Digital, com uma dotação indicativa de 500 M€, destinadas a instalar laboratórios de educação digital, reforçar significativamente a conectividade nas escolas e dotar o sistema educativo de equipamentos e recursos digitais complementares.

Com os melhores cumprimentos, *respeitos,*

O CHEFE DO GABINETE,


Tiago Saleiro